

---

## **PROGRAMA NUCLEAR DO IRÃ E PANORAMA INTERNACIONAL**

### ***IRANIAN NUCLEAR PROGRAM AND INTERNATIONAL SCENE***

#### **MARTONIO MONT'ALVERNE BARRETO LIMA**

Martonio Mont'Alverne Barreto Lima é Doutor em Direito pela Universidade de Frankfurt. Professor titular da Universidade de Fortaleza. Procurador do Município de Fortaleza. (barreto@unifor.br).

#### **MATEUS OLIVEIRA DE FREITAS**

Mateus oliveira de freitas é advogado, foi bolsista do conselho nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - cnpq. (mateusolifrei@gmail.com). O presente texto é resultado do projeto de pesquisa “energia nuclear: aspectos legais e geopolítica”, junto ao programa de pós-graduação em direito da universidade de fortaleza, e recebeu financiamento do cnpq.

#### **RESUMO**

O presente texto procura analisar o programa nuclear iraniano e sua possibilidade de uso para fins não pacíficos à luz de uma perspectiva histórica e política internacional. O trabalho reconstrói os elementos do pensamento político iraniano em torno do seu programa nuclear, desde seu início até os dias atuais. Torna-se necessário abordar o programa nuclear sob uma perspectiva regional, a incluir observações sobre o Estado de Israel e seu programa nuclear, com a necessidade de compreensão. Com a política de opacidade, constituída pela prática do silêncio em questões que dizem respeito ao seu programa nuclear, Israel desenvolveu armas nucleares sem sofrer

---

questionamentos internacionais. O trabalho apresenta os motivos pela possível busca por armas nucleares por parte do Irã, e o desenvolvimento do programa nuclear de Israel. O texto faz uma análise do acordo feito no dia 14 de julho de 2015, entre Alemanha, os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (o grupo chamado P5+1) e o Irã, com fins de limitar o programa nuclear iraniano para sua utilização apenas para fins civis. A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) verificou e anunciou que o Irã completou, no dia 16 de janeiro de 2016, as obrigações advindas do acordo do dia 14 de julho, transformado na Resolução nº 2.231 pelo atual Conselho de Segurança, no dia 20 de julho de 2015. O anúncio por parte da AIEA teve o condão de dar início à implementação do acordo e a suspensão das sanções impostas ao Irã.

**PALAVRAS-CHAVE:** Irã; programa nuclear; acordos.

## **ABSTRACT**

This paper seeks to examine Iran's nuclear program and its possible use for nonpeaceful purposes in the light of a historical and international political perspective. The work reconstructs the elements of the Iranian political thought about its nuclear program, since its inception to the present day. It is necessary to address the nuclear program from a regional perspective, to include comments on the State of Israel and its nuclear program, with the need for understanding. With the opacity policy, constituted by the practice of silence on issues concerning its nuclear program, Israel has developed nuclear weapons without suffering international questions. The paper presents the reasons for the possible pursuit of nuclear weapons by Iran, and the development of the nuclear program of Israel. The text analyzes the agreement made on July 14, 2015, between Germany, the permanent members of the UN Security Council (the group called P5 + 1) and Iran, for purposes of limiting Iran's nuclear program. The International Atomic Energy Agency (IAEA) has verified and announced

that Iran has completed, on January 16, 2016, the obligations arising from the agreement of July 14, which became the Resolution No. 223 voted by the current Security Council on 20 July 2015. The announcement by the IAEA initiated the implementation of the agreement and the lifting of sanctions.

**KEYWORDS:** Iran; nuclear program; deals.

## **INTRODUÇÃO**

Em 2002, um grupo de oposição iraniano exilado revelou ao mundo que a República Islâmica do Irã estava construindo dois centros nucleares secretos: em Natanz, onde era realizado o enriquecimento de urânio, e em Arak, voltado para a extração de plutônio. Ambos constituíam violações aos acordos de salvaguarda com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), que obrigavam ao Irã a declarar suas atividades no que diz respeito ao seu programa nuclear. As revelações causaram grandes temores e desentendimentos no cenário internacional que até hoje se encontram sem solução, pois o fato de tais centros nucleares e suas atividades desenvolverem-se em segredo tornaram-se elementos essenciais ao discurso de que o Irã desenvolve seu programa nuclear para fins militares.

A problemática acerca do programa nuclear iraniano é rica no que diz respeito à discussão acadêmica, sendo necessário entender a conjuntura regional na qual se insere o Irã para compreender suas aspirações, tendo em vista, ainda, a proximidade geográfica do Estado de Israel. Como se sabe, Israel mantém sua política de opacidade em relação ao seu programa nuclear, ou seja: as lideranças políticas israelenses não negam, tampouco confirmam que detêm armas com poder de destruição em massa. No plano regional, não deve ser olvidado que o Irã representaria o único Estado xiita com a possibilidade de alcance às armas nucleares, o que traria

impacto na geopolítica regional em face dos governos e das monarquias de orientação sunita.

No presente trabalho será discutida a influência que o Ocidente exerce sobre os programas nucleares do Irã e de Israel, que embora situados na mesma região, recebem tratamento diverso. O texto será concluído com a análise das consequências que o acordo firmado no dia 14 de julho entre Irã e o grupo P5+1<sup>1</sup> pode gerar, mediata e imediatamente, para a comunidade internacional, a qual almeja conter o programa nuclear do Irã e assegurar o seu uso para fins pacíficos.

## **1. A BUSCA POR ARMAS NUCLEARES: MOTIVOS EXTERNOS E INTERNOS**

### **1.1. ORIENTE MÉDIO: PANORAMA POLÍTICO DO IRÃ**

A melhor forma de entender as necessidades e o interesse pela energia nuclear pela República Islâmica Irã é buscar compreender o contexto em que se acha inserida, suas interações com os Estados próximos e a própria política adotada pelo governo. O Irã começou seu programa nuclear quando o Xá Reza Pahlavi ainda era seu governante, momento em que o país estava sob influência ocidental e mantinha fortes laços com os Estados Unidos e Israel, sendo o segundo Estado de maioria muçulmana a reconhecer a existência deste. Durante o governo do Xá, foi criada a Organização de Energia Atômica do Irã sob seu controle direto, e com o intuito de criar o programa nuclear para fins de modernização do País. Naquele momento, alguns elementos demonstravam a falta de interesse do Xá em desenvolver armas nucleares, como a assinatura do Tratado de Não Proliferação logo que aberto para assinatura.

---

<sup>1</sup> O grupo denominado P5+1 é formado pelos membros permanentes do Conselho de Segurança (China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos) mais Alemanha. O grupo teve sua origem em 2006 para buscar uma solução diplomática para a tensão acerca do programa nuclear iraniano.

---

*“Additionally, it was the Shah who declared the prospect of Iranian nuclear weapons “ridiculous” given the size of the superpowers’ arsenals”.* (KHAN, 2009, p. 12).

O Xá do Irã assumiu o governo quando um golpe depôs em 19 de agosto de 1953 o governo do Primeiro Ministro Nacionalista Mohammad Mossadegh.

Mossadegh, com forte apoio do Parlamento iraniano, nacionalizou a *Anglo-Persian Oil Company*, de propriedade britânica e dona de quase toda a produção de petróleo do Irã.

O governo deposto tinha cunho nacionalista e democrático, não restringindo, por exemplo, a liberdade de imprensa mesmo quando fazia circular notícias financiadas pelos governos americanos e britânicos. O golpe teve sua origem no descontentamento britânico com o alcance do poder por Mossadegh em detrimento de candidatos vinculados ao Xá Reza Pahlavi. Este continuava sendo o imperador do Irã, porém reinava ao lado do Primeiro Ministro avesso ao seu posicionamento de aproximação com o governo britânico. Assim, sob o regime do Xá, ocorreu o episódio responsável pelo início da inimizade entre Estados Unidos e Irã.

“Em 1953, os Estados Unidos ainda eram uma novidade para os iranianos, muitos dos quais os viam como amigos, como defensores da frágil democracia que havia meio século eles tentavam construir. Era a Grã-Bretanha, não os Estados Unidos, que viam como o opressor colonialista que os explorava.” (KINZER, 2012, p.18).

A inimizade pelo governo britânico, precedente necessário para o detrimento das relações entre Estados Unidos e Irã, nasce com a dinastia Qajar, que vendeu muito das riquezas, ativos e cargos públicos. A soberania do Irã se tornou ínfima a tal ponto que, em 1907, Grã-Bretanha e Rússia assinaram um tratado que dividia o Irã entre si. “O que durante muito tempo fora controle estrangeiro informal agora se tornava participação explícita do Irã, garantida pela presença de tropas britânicas e russas.” (KINZER, 2012, p. 56). Com a Revolução Russa de 1917, os bolcheviques

---

renunciaram os direitos da Rússia sobre o Irã. Com o controle total por parte da GrãBretanha sobre o território iraniano, surge a *Anglo-Persian Oil Company*.

Com a nacionalização da companhia, o governo britânico, já inconformado com a eleição de Mossadegh para Primeiro Ministro, tornou-se impaciente em busca de operar um golpe de Estado. Por isso, procuraram apoio americano. O então presidente Truman possuía, porém, simpatia por movimentos anticolonialistas. A situação muda com a eleição de Dwight Eisenhower em 1952 para a presidência dos Estados Unidos, que adota uma política externa voltada para o combate ao comunismo. Tal ponto foi explorado pelos britânicos, que utilizaram o argumento de retirar a ameaça comunista do Irã, ao invés de recuperar a companhia então nacionalizada. O argumento se baseava no fato de que o Irã possuía uma longa fronteira com a União Soviética e um presidente nacionalista que primava pela democracia, o que deixava livre a atuação do partido comunista.

O golpe, arquitetado pela CIA e pela inteligência britânica, concretizou-se em 1953 com a demissão de Mossadegh por decreto do Xá, sendo tal ato legalmente duvidoso: não era certo se o Xá possuía autoridade para demitir o Primeiro Ministro. O general Zahedi foi então escolhido pelo próprio Xá para ser o novo Primeiro Ministro e assim tornar seu regime repressivo e ditatorial. No final da década de 1970 inexistiam partidos políticos com os quais o Xá pudesse negociar um acordo que buscasse a permanência no poder. O regime do Xá viu-se asfixiado, e colapsa em 1979, quando o Xá é obrigado a fugir do país.

O momento em que tudo muda dá-se em 1979, quando o Xá foi deposto durante a Revolução Islâmica do Irã, tendo como base a instabilidade da economia iraniana ocasionada pela política do Xá e agravada por sucessivas greves, o que evidencia a participação popular na Revolução. Assume o poder o Aiatolá Khomeini, um clérigo xiita que instituiu o seu governo baseado nas leis islâmicas, a *Sharia*. Com o objetivo de restaurar o islamismo e reverter o processo de ocidentalização que o País enfrentou durante o regime deposto, deu-se a ruptura total das relações com Israel, devido do posicionamento do governo iraniano contra o projeto israelense, e também

---

com os Estados Unidos e do apoio ao Xá. Ponto máximo de tensão foi o episódio da crise de reféns, quando um grupo de militantes islâmicos invadiu a embaixada americana em Teerã e ali fizeram 52 reféns norte-americanos por quase três anos. Tais acontecimentos são o fundamento da desconfiança mútua entre Estados Unidos e Irã que até hoje persiste. Outro aspecto para a identificação das aspirações do novo regime foi o apoio do Irã às organizações políticas e paramilitares, nos países do Oriente Médio com o fim de dar continuidade à revolução islâmica, de ideologia pan-islâmica. Pollack (2013, p. 30) sintetiza: *“Anyone willing to weak on the prevailing order is typically good enough for Tehran, regardless of the group’s ostensible aims”*.

No que diz respeito ao programa nuclear, o Aiatolá Khomeini decidiu, inicialmente, por abandoná-lo, por não ter nenhum interesse em um programa construído pelo Xá e pelo Ocidente. No caso do Irã, o Presidente da República é sujeito à autoridade do Líder Supremo, o Aiatolá, que possui autoridade constitucional sobre o executivo, legislativo e judiciário, bem como sobre o exército e a mídia. Por esse motivo, uma mudança de política no que diz respeito ao programa nuclear iraniano só aconteceu após a morte de Khomeini em 1989, que escolheu seu sucessor, o então clérigo Ali Khamenei, e que veio a tornar-se o segundo Aiatolá da República Islâmica do Irã. Este adotou uma postura menos ativa que seu predecessor, ficando em uma posição de neutralidade nas relações externas, ocasionando uma liberdade aparente aos presidentes eleitos.

O primeiro Presidente sob a autoridade do Aiatolá Khamenei foi Rafsanjani, que possuía inclinação pessoal para tornar o Irã um Estado proliferador, tendo tomado atitudes ativas para tal, principalmente recebendo o cientista paquistanês A. Q. Khan, responsável pelo impulso decisivo do programa nuclear do Paquistão de desenvolver armas atômicas. Importante salientar que o Irã tinha acabado sua guerra contra o Iraque quando Rafsanjani se tornou presidente em 1989. Em 1997, assume o presidente moderado Mohammad Khatami, eleito com a perspectiva de reforma política em contraste com os anos de fundamentalismo islâmico do Presidente anterior. Porém, o que aconteceu foi um progresso maior no desenvolvimento do

---

programa nuclear, inclusive sendo descobertas, em seu regime, as construções secretas de Natanz e Arak. “*While Khatami was by far the most moderate leader Iran has had in its life, he did not stop the development of Iran’s nuclear program during his rule*”. (KAHN, 2009, p.13-14). O sucessor eleito de Khatami foi o conservador Ahmadinejad que, ao assumir em 2005 a presidência, tomou uma atitude de enfrentamento em relação às sanções impostas ao Irã, causando um retrocesso nas conversas diplomáticas com as potências que tentavam alcançar um acordo para frear o programa nuclear iraniano, e retirar as referidas sanções. Na verdade, o Presidente Ahmadinejad possuía visões que causaram alarme em todo o mundo, principalmente ao governo israelense: “*his denial of the Holocaust and his desire (and prediction) to wipe Israel off the world’s map*”. (COHEN, 2010, p. xxiii). Em 2013, é eleito o atual presidente iraniano Hassan Rouhani, candidato à época que proporcionava maiores chances de mudança, e a pretender a reaproximação com os Estados Unidos, utilizando o programa nuclear para aliviar as pressões econômicas impostas pela comunidade internacional. O fato é que tais políticas propiciaram a abertura das relações diplomáticas entre Irã e o grupo P5+1. Desde a criação deste Grupo em junho de 2006, apenas a partir de 2012 é que houveram conversas lineares e de concretização de um acordo entre o grupo e o Irã. O ponto alto das conversas se dá no dia 14 de julho de 2015, onde é anunciado por parte do grupo P5+1 e do Irã o acordo sobre o programa nuclear iraniano, aprovado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas no dia 20 do mesmo mês através da Resolução nº 2231. O acordo encontra-se implementado desde o dia 16 de janeiro de 2016, quando a AIEA declarou que o Irã cumpriu as obrigações decorrentes do acordo do dia 14 de julho. O dia da implementação, segundo o acordo, seria o dia em que as sanções relativas à energia nuclear, impostas pela União Europeia e pelos Estados Unidos, restariam suspensas ou extintas.



---

## 1.2. MOTIVOS PARA A BUSCA POR ARMAMENTO NUCLEAR PELA REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ

Os motivos para a busca de entendimentos entre Irã e comunidade internacional podem ser observados através de três níveis de análise: individual, doméstica e sistêmica. Ou seja, pelo ponto de vista do líder, do Estado e do cenário internacional, respectivamente.

No nível individual, resta evidente que as aspirações de cada Presidente definiram como administrar a questão acerca do programa nuclear iraniano. Porém, é necessário dizer que a simples vontade do líder não é um fator determinante, mas favorável para a aquisição da arma nuclear. Ou seja, a decisão do líder é dada baseada em um contexto, moldando o programa nuclear de acordo com o panorama em que se insere o líder e seu Estado, sendo evidenciada aqui a importância da análise sistêmica.

Quanto ao nível doméstico, o programa nuclear iraniano não encontra sua razão de ser nos elementos do Estado, como por exemplo, no fato de atores políticos importantes não se acharem munidos de informações relativamente precisas sobre custos e benefícios de um programa nuclear. Sobre o assunto, Khan (2009, p. 17) explica: *“The nuclear program, especially its secret components has been the ‘baby’ of a small group of people, among whom Hashemi Rafsanjani is the most prominent”*. Ainda no nível doméstico, o Irã poderia buscar o estado de proliferação com o intuito político de unificar seu povo que se encontra dividido em tantas disputas ideológicas. Porém, seria necessário que o programa nuclear fosse algo de conhecimento nacional ao invés de ser mantido em segredo por tantos anos e quando foi a público, teve como motivo a pressão externa ocasionada pela denúncia da existência das usinas em Natanz e em Arak.

O real motivo da busca pelo estado de proliferação está no nível sistêmico, onde as interações entre os Estados é que definem como a República Islâmica do Irã utilizará seu programa nuclear, sendo um verdadeiro instrumento de barganha,

---

levando sempre em consideração a segurança e o poder de influência que o País procura manter e aumentar na região. Neste comportamento, o Irã apenas reproduz o cenário mundial, inerente a todos os países que buscaram o domínio da tecnologia nuclear. Se a obtenção de alternativas energéticas ocupa um lugar segundo – não secundário – para a decisão de um Estado lançar-se na realização de um programa nuclear, o elemento desencadeador desta busca é mesmo o domínio para fins bélicos. Neste sentido, o Irã não foge do padrão tradicional, assim como todas os Estados que detêm armas com grande poder de destruição.

O tratamento dado ao programa nuclear variou de acordo com os Presidentes, porém sempre se caracterizando como uma resposta ao contexto internacional. No caso do Presidente Rafsanjani, é possível dizer que o programa nuclear encontrou espaço no pós-guerra com o objetivo de garantir maior segurança ao País, além da controversa ajuda do cientista A. Q. Khan. Durante o período que Khatami esteve no poder, o programa nuclear consistia em uma continuação do programa sob o comando de Rafsanjani, porém, ao se tornar público com as revelações de 2002, adquiriu o viés nacionalista em resposta aos sucessivos embargos e sanções impostos ao Irã, enquanto este via uma chance única de ganhar hegemonia no Golfo Pérsico, tendo em vista a invasão do Iraque pelos Estados Unidos. O papel do programa nuclear foi o mesmo, aparentemente, no governo de Ahmadinejad, que tomou além de uma política de enfrentamento em relação ao Ocidente e as respectivas sanções, uma posição “anti-sionista”, com várias declarações agressivas no que diz respeito à existência do Estado de Israel. Atualmente, o regime do presidente Rouhani tem procurado uma política de reaproximação com o Oeste, com o respectivo fim das sanções objetivando o crescimento da economia iraniana. A perspectiva que se tem do programa nuclear iraniano, de acordo com o cenário internacional, é de um instrumento de barganha com o Ocidente, principalmente com os Estados Unidos.

É necessário dizer que as conjecturas anteriormente feitas não abrangem o real sentido do programa nuclear iraniano, tendo em vista a opacidade do governo tanto em política externa quanto interna, e a incerteza quanto à real extensão do programa.

---

Após ter sido mantido tantos detalhes e construções em segredo, ainda há desconfiança quanto às declarações feitas pelo governo iraniano. Por isso, segundo a visão do Ocidente, ao adotar uma política nuclear secreta, o Irã busca prevenir futuros ataques às suas tropas e seu território, tornando um eventual conflito com o País demasiado custoso para o agressor. Ou seja, o programa nuclear iraniano tem como motivo para seu desenvolvimento questões de segurança contra possíveis agressores, como Iraque e Israel, sendo mantido em segredo para o oponente não ter conhecimento da real ameaça que o programa é capaz de ser. Com a guerra no Iraque em 2002, apenas Israel, alvo de grande hostilidade desde a Revolução Islâmica de 1979, tem a capacidade de ser um oponente, e este por sua vez, não apenas mantém seu programa nuclear em segredo, como adota uma política de opacidade desenvolvida com apoio dos Estados Unidos e da comunidade internacional.

### 1.3. IRÃ E ISRAEL – A RECIPROCIDADE DA DESCONFIANÇA

Com a saída do Xá Reza Pahlevi do poder, houve uma mudança de alinhamento na política externa do Irã. Onde antes predominava a influência exercida pelos países do Ocidente, a partir da Revolução Islâmica manteve-se um foco no antigo discurso panislâmico, cujo objetivo era a união dos Estados através do islamismo e o consequente retorno à observação da *Sharia*, procurando estender a revolução ocorrida no Irã para países do Oriente Médio.

A confrontação com Israel surge da razão de ser da revolução iraniana: extinguir o intervencionismo americano que se concretizava na monarquia do Xá e no Estado de Israel, como Pollack (2013, p.30) expõe: “*At times this posture is an adjunct of their anti-Americanism, treating Israel as the “little Satan” to America’s “Great Satan” and deriding the Jewish state as an offense inflicted upon the Muslim world by the United States and the West*”. Tal posicionamento contra Israel aparece não somente por

---

motivos ideológicos, mas também como uma forma de identificação e integração com Estados árabes e muçulmanos vizinhos.

A relação entre Irã e Israel sofreu uma grande mudança em 2002 com a descoberta dos avanços atingidos pelo programa nuclear iraniano, o que foi percebido pelo governo de Israel como uma ameaça à própria existência, devido ao apoio iraniano aos grupos armados que estavam em constante conflito com Israel, além da própria maneira como o próprio Irã se referia àquele Estado. A partir deste ponto destaca-se o apelo de Israel aos Estados e organizações internacionais para impedir as aspirações iranianas de tornar-se potência regional nuclear, pedindo até ataques preventivos às instalações nucleares iranianas. A preocupação israelense tornou-se mais forte durante a presidência de Ahmadinejad devido aos seus discursos inflamados e agressivos dirigidos ao Estado de Israel e à existência do povo judeu.

Há ambiguidade no discurso israelense: Israel é considerado o único Estado proliferador no Oriente Médio. Com sua política de opacidade no que concerne ao seu próprio programa nuclear, Israel não se posiciona sobre seu programa, além de contar com a completa ausência de pressão internacional para que sequer reconheça publicamente seu programa ou suas dimensões, ao contrário do caso iraniano que segue enfrentando sanções da comunidade internacional. A dubiedade da comunidade internacional quanto ao tratamento de Irã e de Israel não contava que o Irã passasse a utilizar esta mesma tibieza do Ocidente contra o mesmo Ocidente, pelo menos numa perspectiva retórica, como apresenta Pollack (2013, p.31) “*that the international community did not punish Israel for its acquisition of a nuclear capability has allowed Tehran to cry hypocrisy and claim that the Western campaign against Iran’s nuclear program is nothing but a Jewish conspiracy*”.

Novamente, a República Islâmica do Irã nada mais faz do que a comunidade internacional sempre fez! Deve ser lembrado, ainda, que a inexistência de debate internacional sobre Israel e seu programa nuclear traduzem uma estratégia dos aliados israelenses, especialmente para os Estados Unidos. Ao não pressionarem publicamente Israel para informações sobre seu programa nuclear, Estados Unidos e

---

aliados esperam manter esta “carta na manga”, a fim impor pressão a Israel quando posições pró-americanas em relação aos árabes tenham que ser tomadas. Deste modo, o preço que Israel pagaria por suportar posições de seus aliados que não representem seus interesses, seria o custo que Estados Unidos e aliados arcariam em não levar o Estado israelense ao debate público de sua real condição de potência regional nuclear.

O programa nuclear de Israel está inserido no contexto do conflito árabeisraelense, sendo idealizado pelo Primeiro Ministro David Ben-Gurion, como forma de assegurar a existência e segurança do recém-criado Estado de Israel, em 1948, em face dos diversos conflitos com os palestinos e Estados árabes em torno de recursos naturais e terras. “*Since 1948, the yearning to bring about the ‘destruction of the Zionist entity’ has captured the Arab psyche, reinforcing the Arabs’ refusal to accept the reality and the legitimacy of the state of Israel*”. (COHEN, 2010, p.xxii). A insegurança sentida por Israel se justifica pela ausência de garantias por parte das potências mundiais no que diz respeito à integridade do território em uma região totalmente hostil ao seu projeto de Estado. Por isso, Ben-Gurion buscou a aquisição da capacidade nuclear logo na primeira década de existência de Israel, construindo a base do seu programa nuclear em Dimona com a ajuda da França, através de um acordo secreto em torno de questões geopolíticas relacionadas aos conflitos no norte da África em 1955 e 1956. A França estava em guerra com a Argélia, que por sua vez recebia suporte do Egito de Nasser. Através do acordo, a França pretendia fortalecer Israel com o objetivo de ser capaz de ameaçar o regime nacionalista egípcio. Além disso, o governo francês viu em tal acordo uma maneira de dar ao seu recente programa nuclear mais importância no cenário internacional. Porém, em 1960 a cooperação por parte da França foi cessada e o programa nuclear continuou a ser desenvolvido com os esforços conjuntos de Israel e de algumas empresas privadas que foram autorizadas a concluir os contratos, visando à construção do projeto em Dimona. No mesmo ano, o governo americano tomou ciência das construções em Dimona e exigiu uma explicação por parte do governo de Israel, que por sua vez

---

declarou que seu programa nuclear estava sendo desenvolvido com fins científicos, industriais e para aplicação médica. Este fato marca o fim da política de segredo do programa israelense para se transformar em uma política de ambiguidade, em face da política americana de findar a proliferação nuclear. Os Estados Unidos exigiram visitas para cientistas, a fim de constatarem a natureza pacífica do programa. *“Israeli nuclear restraint was a critical element in the American/Israeli security relationships, at least since 1963, when Kennedy and Eshkol made the Dimona visit arrangement”*. (COHEN, 1998, p. 320).

Ao tempo das discussões e assinatura do Tratado de Não Proliferação (TNP) em 1968, Israel sofreu grande pressão por parte do governo americano para também assiná-lo, tendo em vista que, de acordo com o critério do Tratado, Israel não possuía armas nucleares<sup>2</sup>. Entretanto, Israel não se tornou signatário do tratado sob a alegação que o TNP não possuía mecanismos de segurança que protegessem um eventual ataque de um Estado proliferador contra um não proliferador. Demais, Israel sempre suspeitou – com razão - da capacidade de o sistema internacional em dar garantias concretas de que outros estados regionais respeitariam os termos do Tratado, ainda que o assinassem. Em 1969 Richard Nixon torna-se Presidente, mudando radicalmente a política americana a respeito de Israel. O ponto mais importante foi o fim das visitas a Dimona, fruto do pensamento político de Nixon e de Golda Meir, então Primeira Ministra de Israel. Os líderes políticos americanos passaram a aceitar o fato de Israel ter posse de armas nucleares, desde que Israel mantivesse tal realidade escondida. *“By 1970 Israel’s status as a nuclearweapon state became an accepted convention”*. (COHEN, 1998, p. 1). Assim, surge a política de opacidade adotada por Israel, que, como conclui Cohen (1998, p. 342), *“opacity has been successful in Israel eyes, allowing Israel to enjoy a regional nuclear monopoly without incurring the political cost of possessing nuclear weapons”*.

---

<sup>2</sup> De acordo com o Tratado de Não Proliferação, o que marca um Estado ser proliferador ou não seria um teste nuclear, algo que não tinha ocorrido até então em Israel.

## **2. O ACORDO**

### **2.1. A CONCRETIZAÇÃO DAS NEGOCIAÇÕES**

No dia 14 de julho de 2015, o acordo acerca do programa nuclear iraniano chegou a um ponto histórico com a concordância de todos os países do P5+1 e do Irã. Os termos então discutidos e acordados obrigam o Irã a aceitar a inspeção e verificação, pela Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA, de todos os elementos do programa nuclear iraniano, bem como o monitoramento de centrífugas e de minas de urânio para assegurarem o cumprimento do acordo. O Irã também ficará restrito a desenvolver pesquisas com urânio apenas no estabelecimento nuclear de Natanz. O estoque de urânio do Irã fica limitado a 300 quilos, não podendo ser enriquecido acima de 3,67 por cento. O reator de Arak será abastecido por combustível importado. Do outro lado, os países componentes do grupo P5+1 devem remover as sanções impostas por cada um assim que fique comprovada, através de um relatório da AIEA, a implementação dos compromissos assumidos por parte do Irã.

Com o acordo, é notória a mudança, iniciada com a chegada de Rouhani à presidência, do posicionamento iraniano acerca de seu programa nuclear. Em matéria publicada pelo *The New York Times*, quando Rouhani é eleito no dia 15 de junho de 2013, remove cientistas conservadores pertencentes ao topo da Organização Iraniana de Energia Atômica. Logo após a eleição, em setembro do mesmo ano, o Presidente iraniano apresenta na Assembleia Geral das Nações Unidas um discurso moderado que preza pela tolerância e afirma que armas nucleares não possuem um lugar no futuro do Irã. No mesmo mês, ocorre a primeira conversa direta entre Irã e Estados Unidos desde 1979, discutindo sobre o programa nuclear iraniano. No dia 16 de outubro, ocorre uma reunião entre o Irã e o grupo P5+1 com o propósito de tomar medidas concretas para a negociação em torno do programa nuclear iraniano. Em

---

novembro, o Irã concorda com a inspeção em duas instalações nucleares pela Agência Internacional de Energia Atômica, desfazendo anteriores desentendimentos entre o País e a organização. Durante o ano de 2014 e o começo de 2015, várias reuniões ocorrem entre o grupo citado e o Irã, procurando a formalização do acordo e postergando o limite da data para o fim das conversas diplomáticas. No dia 14 de julho, as discussões chegam ao fim e o acordo é formalizado. No dia 20 do mesmo mês, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adota unanimemente a Resolução nº 2231, aprovando o acordo e seus anexos. Estes são enviados ao Congresso americano, iniciando um período de 60 dias para discussão e conseqüentemente para a aprovação. Porém, o citado prazo não é observado, com término no dia 17 de setembro e o Congresso não aprova ou desaprova o texto do tratado. Quanto ao Irã, o governo moderado de Rouhani consegue a vitória sobre os conservadores no Parlamento e aprova o texto do acordo em 13 de outubro, ratificado no dia 14 do mesmo mês pelo Conselho dos Guardiães, órgão responsável por garantir a constitucionalidade das leis iranianas.

A Resolução de número 2231 visa o comprometimento do Irã com os termos do acordo alcançado no dia 14 de julho, chamado de “*Joint Comprehensive Plan of Action (JCPOA)*”, enquanto este não fosse implementado através da verificação do cumprimento de obrigações por parte do Irã. A Resolução é composta de um preâmbulo, possui 30 parágrafos que dispõem da aplicabilidade do JCPOA e traz em anexo o próprio texto do acordo de 14 de julho, chamado de anexo A, e um anexo B, que trata dos embargos sobre armas sobre o Irã e o uso e desenvolvimento de mísseis balísticos, não previsto no acordo original do JCPOA.

De início, nota-se a importância que se dá ao papel da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), referenciada desde o preâmbulo, em “*verifying compliance with safeguards agreements (...) and, in this context, in ensuring the exclusively peaceful nature of Iran’s nuclear programme.*” (RESOLUTION 2231, 2015). Afirma-se também que as salvaguardas da AIEA, compostas principalmente de verificações periódicas para a inspeção das instalações que cooperam para o programa nuclear



---

iraniano, não poderão ser usadas para enfraquecer a economia e os desenvolvimentos tecnológicos do Irã. Ao fim do preâmbulo, se faz notar o fim das resoluções prévias sobre o programa nuclear iraniano, que tratavam de sanções e embargos econômicos com a finalidade de desencorajar os avanços nas pesquisas e no desenvolvimento do programa nuclear pelo receio de seu uso para fins bélicos. Tais resoluções são expressamente citadas no parágrafo 7, no item a: “*The provisions of resolutions 1696 (2006), 1737 (2006), 1747 (2007), 1803 (2008), 1835 (2008), 1929 (2010) and 2224 (2015) shall be terminated.*” (RESOLUTION 2231, 2015).

O acordo tem como plano de fundo a crise econômica que se instala no Irã, fruto dos sucessivos embargos e sanções impostos pelos países do Ocidente, bem como pelas Nações Unidas e União Europeia. As sanções, durante o período em que o governo iraniano era composto pelos conservadores, serviram como incentivo para uma posição agressiva e intolerante por parte dos iranianos. O desenvolvimento do programa nuclear voltado exclusivamente para fins civis tornou-se cada vez mais incoerente com a postura tomada em face das sanções. Há que se dizer que os Estados Unidos mantinham sanções anteriores à crise que surgiu em 2002, causada pela descoberta dos aspectos mantidos em segredo do programa nuclear iraniano. As sanções americanas citadas foram impostas ao Irã com o fim de enfraquecer o regime do Aiatolá Khomeini, após a retirada do Xá Pahlavi do poder em 1979. O atual acordo retira as sanções relativas à contenção do programa nuclear iraniano, mas deixa em vigor as sanções relativas à Revolução Islâmica impostas pelo governo americano, que diz ser o Irã apoiador do terrorismo e violador dos direitos humanos. Não se deve minimizar este aspecto, que poderá vir a ser utilizado para eventual reviravolta de poder no Irã, trazendo de volta setores mais conservadores e menos dispostos a qualquer tipo de negociação sobre o programa nuclear do País. Por outro lado, compete à atual liderança dos Estados Unidos convencer a sociedade política de que a manutenção de sanções ainda do período do início da Revolução Islâmica podem

---

servir de enorme dificuldade aos interesses norte-americanos na região, bem como, em razão da não suspensão destas, podem significar desconfiança do governo iraniano e de outros que talvez até se dispusessem a iniciar conversações com norte-americanos.

O parágrafo 11 da Resolução 2231 traz o sistema de “*snap-back*”, que traz a possibilidade da reaplicação das resoluções findadas através desta Resolução, integralmente. O sistema citado se perfaz através do parágrafo 12. De maneira breve, a partir do recebimento de uma notificação de qualquer Estado parte do JCPOA de descumprimento de alguma obrigação assumida pelo acordo, se estabelece um prazo de 30 dias para o Conselho de Segurança votar uma resolução para a continuação do fim das resoluções extintas, de acordo com o parágrafo 7 da Resolução 2231. Caso não haja a adoção de resolução dentro do prazo de 30 dias, todas as resoluções anteriormente retiradas passarão a vigorar como eram antes da adoção da Resolução 2231. No parágrafo 13 se estabelece a possibilidade do Estado parte do JCPOA informar ao Conselho de Segurança que o descumprimento ora notificado já fora resolvido e assim, continuar vigorando a o parágrafo 7. Nota-se que a diplomacia ocidental obteve uma vitória pondo o Irã em situação inferior em relação aos países integrantes do JCPOA. Os integrantes do acordo são, em sua maioria, membros permanentes do Conselho de Segurança, com poder de veto, à exceção da Alemanha. Portanto, qualquer Estado parte, excluindo a Alemanha, que notificar o Conselho de Segurança, terá o poder de vetar a votação da resolução citada no parágrafo 11 e assim fazer voltar a vigorar todas as sanções impostas ao Irã através das resoluções até então findadas. O que se desprende da análise do sistema de “*snap-back*” é que, por vontade unilateral de um Estado que seja parte do acordo e membro permanente do Conselho de Segurança, todas as sanções voltam a vigorar para o Irã, por qualquer motivo que ao Estado notificante convier.

No parágrafo 27 da Resolução 2231, se estabelece um regime legal diferenciado para o Irã, excluindo o acordo entre o P5+1 e o Irã dos princípios de Direito

---

Internacional e das normas contidas no Tratado de Não Proliferação e outros documentos relevantes, não definidos na Resolução citada. Assim, o Irã se submete a um sistema de verificação e inspeção que se aplica apenas para si.

A Resolução, no seu parágrafo 8, estabelece a sua duração por dez anos a contar do dia da adoção do JCPOA, determinando que todas as obrigações da Resolução restarão resolvidas, bem como as resoluções citadas no parágrafo 7.

## 2.2. AS CONSEQUÊNCIAS

Com a mudança de política acerca do programa nuclear, o Irã passa a dialogar ativamente com os Estados Unidos, inimigo histórico do regime adotado após a Revolução Islâmica de 1979. Como o Presidente Barak Obama afirmou em discurso, o atual acordo é construído baseado na verificação, e não na confiança. Ou seja, o acordo tem as inspeções organizadas pela Agência Internacional de Energia Atômica como elemento principal para a comprovação de que o Irã está cumprindo com suas obrigações.

Ao acertar o acordo, o governo iraniano passa a não mais enfrentar os países que pressionavam para a limitação do programa nuclear, característica dos governos conservadores anteriores ao presidente Rouhani. Por isso, em contraposição aos governos que não toleravam a interferência do Ocidente no programa nuclear do país, o governo de Rouhani é marcado pela tolerância e pela busca de diálogo em via de findar o isolamento do Irã. Tal fato se exterioriza pela escolha de Mohammad Javad Zarif, por parte do presidente Rouhani, para atuar como Ministro de Negócios Estrangeiros, já que Zarif possui conhecimento da política ocidental, além de possuir formação em diplomacia nos Estados Unidos.

O posicionamento de Rouhani e o atual acordo sobre o programa nuclear iraniano acabam por colocar em risco a política adotada pelo Primeiro Ministro

---

israelense Benjamin Netanyahu. Ao abrir mão do seu programa nuclear, o Irã pressiona um posicionamento por parte do governo israelense sobre seu próprio programa nuclear e sua política de opacidade, tendo em vista tornar o Oriente Médio livre de armas nucleares.

O governo conservador de Israel, liderado por Netanyahu, acredita que o acordo irá apenas aumentar as tensões regionais e não será capaz de evitar que o Irã utilize seu programa nuclear para produzir armas nucleares, podendo descumprir o acordo a qualquer momento. Demais, com o levantamento das sanções econômicas sobre o principal produto de exportação iraniano, isto é, o petróleo, o Irã passaria a dispor de mais recursos financeiros para auxílio a grupos armados, como Hamas e Hezbollah, adversários de Israel. Tais afirmações são embasadas no histórico de quebra de acordos por parte do governo iraniano, liderado por conservadores. Porém, com a mudança na política trazida por Rouhani, a contar com o apoio do governo americano para a concretização do acordo, a posição sustentada por Netanyahu, apesar de realista, encontra-se pouco fundamentada. O governo israelense apostou na intransigência dos iranianos, ou seja, os iranianos não iriam concordar em restringir seu programa nuclear, e por isso, continuam sustentando até o momento atual que o Irã é uma ameaça à própria existência do Estado de Israel. Tal argumento é baseado no desejo que regimes anteriores iranianos tinham em buscar armas nucleares para o país. Outro elemento justificador da posição de Netanyahu é a forte percepção da grande maioria do povo israelense: a simples notícia de que o Irã é detentor de armas nucleares provoca a imediata certeza de que Israel será atacado, o que obriga o governo a mostrar para seu povo garantias que somente podem ser dadas com a certeza do não domínio da tecnologia nuclear pelo Irã.

O que se verifica é a discordância entre fato e argumento, uma vez que o Irã adota um caminho de diálogo e aceitação da restrição ao seu programa nuclear através do acordo formalizado em 14 de julho de 2015. Israel, por se posicionar contra o acordo, acabou pondo mais tensão em suas relações com os Estados Unidos, que fora importante articulador para a conclusão do acordo e em momentos anteriores, e

---

garantidor da política de opacidade adotada por Israel. Atualmente, Israel teme o acordo menos por preocupação com o Irã do que pela ameaça que seu posicionamento de opacidade sofre. Com um Irã que dialoga com os países ocidentais e sem mais o apoio que certa vez tiveram dos americanos, é de esperar que o governo israelense mude sua política em relação ao seu programa nuclear, uma vez que a ameaça à sua existência como Estado já não encontra fundamento no discurso do Irã.

Não há, nesta parte final, como deixar de mencionar a tentativa de um acordo com o Irã cinco anos atrás. Em 2010, a diplomacia norte-americana, em reconhecimento da expressão internacional do Presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, pediu a intervenção de um “país amigo” junto ao Irã de Ahmadinejad. O pedido partiu do Presidente Barak Obama. Em conjunto com o Primeiro Ministro da Turquia, Receyp Erdogan, o Presidente brasileiro viajou a Teerã em 17 de maio de 2010. Em 2010, final do segundo mandato do Presidente Lula, a política externa brasileira havia atingido seu ápice de respeito internacional. A figura do Ministro das relações Exteriores, Celso Amorim, era saudada com o mais proeminente diplomata do mundo e o Brasil era classificado por periódicos como *The Economist* na condição de “gigante diplomático”<sup>3</sup>.

A nova face da política externa brasileira deu fortes sinais de que o Brasil estava disposto a ocupar a centralidade do cenário mundial, ainda que interna e externamente as ações do Presidente Lula fossem vistas com preconceito e desconfiança, isto é, a tradicional posição de pensar que o “Brasil não se mete onde não deve”. A viagem do Presidente Lula à Síria de Bashar al Assad e à Líbia de Muamar Khadafi foram criticadas dentro e fora do Brasil. As mesmas viagens posteriores dos Primeiros Ministros da Espanha, Aznar, e britânico, Blair, foram elogiadas<sup>4</sup>, numa clara manifestação de preconceito e imposição de limitações a novas nações, como o Brasil,

---

<sup>3</sup> Entrevista de Celso Amorim ao jornal Folha de São Paulo em 15.11.2010 (MRE). p. 442.

<sup>4</sup> Id. ib., p. 445.

---

a aspirarem protagonismo internacional. A posição em desfavor do protagonismo internacional brasileiro encontra adversários internos, seja na imprensa, seja em representantes da visão diplomática. Luiz Felipe Lampreia, a fim de reforçar sua posição divergente para o caso da viagem do Presidente Lula ao Irã em 2010, recupera as palavras de “excepcional jornalista”, o qual, recorrendo às palavras de Getúlio Vargas, afirma que “Quando nos metemos a buscar um papel maior que nossa importância internacional, invariavelmente acabamos dificultando a defesa de nossos verdadeiros interesses (...)”<sup>5</sup>. Para Lampreia, esta “frase lapidar deveria estar escrita em bronze na entrada do Palácio do Planalto (...)”. Para além da repetição do estilo de Oliveira Vianna<sup>6</sup>, Lampreia insiste na visão de que deve o Brasil direcionar seus esforços diplomáticos no sentido de não arriscar posições ousadas, conformando-se com suas questões mais regionais, sem se arriscar nos caminhos mais complexos dos interesses internacionais. Deve-se refletir, por outro lado, sobre a decisão brasileira de tentar influir no cenário internacional a partir, por exemplo, da sinceridade em seu esforço por um lugar no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Se o Brasil realmente deseja mostrar à comunidade internacional que sua luta pela modificação do Conselho de Segurança - com sua inclusão na condição de membro permanente - é sincera, outro caminho não há senão aquele das ações como a busca do acordo com o Irã. Se o Brasil retrai-se de grandes questões internacionais, não convencerá a mesma comunidade internacional de que seu propósito é firme.

Àquela altura, o Irã dispunha-se a entregar 1200 quilos de urânio pobremente enriquecido à Turquia, além de sujeitar-se à inspeção da AIEA, caso os termos deste acordo fosse aceitos. Em 2015, o estoque iraniano de urânio pobremente enriquecido é de 10 mil quilos, o que oferece uma dimensão de quanto urânio enriqueceu o Irã em

---

<sup>5</sup> Lampreia, Luiz Felipe. A Aposta em Teerã, p. 133.

<sup>6</sup> Na sua obra referencial – Instituições Política Brasileiras (v.2 , RJ: Itatiaia, 1987) – Oliveira Vianna destaca que as famosas palavras regressistas de Bernardo Pereira de Vasconcelos, ao abandonar posições liberais e defender a volta dos conservadores ao governo regencial brasileiro, “deviam ser inscritas – como epígrafe ou um dístico – no pórtico ou frontão de todos os edifícios públicos do Brasil: (...) Palácios dos Governos (...)”. Op. cit., v.2, p. 23).

---

menos de cinco anos. Acaso tivesse sido levada a sério a tentativa turco-brasileira, haveria menor quantidade de urânio a ser negociada. O acordo havia sido estimulado pelo próprio Governo dos Estados Unidos. Embora haja claros registros de que uma mediação brasileira e turca teria poucas chances de ser recepcionada pela comunidade internacional, os governos desses países dispuseram-se à tentativa bem mais com o mesmo ânimo que agora justifica a ação dos Estados Unidos e do grupo europeus de países: começar a retirar o Irã de uma situação quase inteiramente marginal do palco das nações. Este foi o argumento nas palavras de diversas lideranças política mundiais sobre aquilo que poderia ser o maior trunfo da celebração do acordo, o que igualmente foi admitido pela liderança iraniana.

Percebe-se, assim, uma confluência de episódios: acaso o acordo mediado por Brasil e Turquia tivesse sido levado a sério, pode-se dizer que, com alguma segurança, tanto a diminuição da produção iraniana de urânio pobremente enriquecido seria menor, como já se teria ganho mais tempo com o retorno do Irã às negociações internacionais.

## **CONCLUSÃO**

No dia 16 de janeiro de 2016, a AIEA declarou que o governo iraniano havia tomado as providências necessárias para limitar seu programa nuclear. Por isso, chegava-se ao dia da implementação do acordo de 14 de julho, o que resulta na retirada das sanções por parte da comunidade internacional sobre o Irã. O programa nuclear iraniano será regido legalmente pela Resolução 2231 (2015) conjuntamente com o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP).

Com a declaração, o governo iraniano afirma, através do presidente Rouhani, que os direitos iranianos sobre energia nuclear foram aceitos por todos. Assim, resta às partes do acordo cumprirem seus deveres e obrigações para que o acordo, considerado histórico pelo governo americano, continue vigorando. Ressalta-se a

---

dificuldade de cooperação entre Republicanos e Democratas nos Estados Unidos, que se aproxima das eleições presidenciais. A mudança de governo pode influenciar diretamente o acordo, uma vez que os Republicanos são contra a manutenção do acordo sob o argumento de que o governo iraniano, com os termos do acordo, possui poder suficiente para construir uma bomba nuclear no espaço de um ano e que não haveria como os impedir. Defende-se que seria melhor nenhum acordo, como durante a presidência de Ahmadinejad, onde foram impostas diversas sanções pela comunidade internacional, reforçando o tom de enfrentamento e expansão do programa nuclear iraniano.

A comunidade internacional encontra-se encorajada com os esforços diplomáticos para a contenção do programa nuclear iraniano e para garantir seu uso pacífico. Caberá aos líderes políticos no futuro próximo escolher pela manutenção do acordo ou por distanciar novamente o Ocidente do Oriente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arms Control Association, Timeline of Nuclear Diplomacy With Iran. Disponível em <https://www.armscontrol.org/factsheet/Timeline-of-Nuclear-Diplomacy-With-Iran>.

Acesso em 4 de novembro de 2015.

BRASIL, República Federativa do. **Ministério das Relações Exteriores: Entrevista de Celso Amorim ao jornal Folha de São Paulo em 15.11.2010.** In: Resenha de Política Exterior do Brasil. Brasília: número 107, 2º semestre de 2010.

CARMON, Y.; BRAUNSTEIN, A. **Critical Points To Consider In Understanding The Iranian Nuclear Deal: Part III.** Disponível em: <http://www.memri.org/report/en/print8712.htm>. Acesso em 5 de novembro de 2015.



COHEN, Avner. **The Worst-Kept Secret: Israel's Bargain with the Bomb.** New York: Columbia University Press, 2010.

\_\_\_\_\_. **Israel and the Bomb.** New York: Columbia University Press, 1998.

FITZPATRICK, Mark. **Nuclear Programs in the Middle East: In the shadow of Iran.** London: The International Institute for Strategic Studies, 2008.

HYMANS, Jacques E. C. **Achieving Nuclear Ambitions: Scientists, Politicians, and Proliferation.** New York: Cambridge University Press, 2012.

KHAN, Saira. **Iran and Nuclear Weapons: Protracted Conflict and Proliferation.** New York: Routledge, 2010.

KINZER, Stephen. **TODOS OS HOMENS DO XÁ: O Golpe Norte-Americano no Irã e as Raízes do Terror no Oriente Médio.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LAMPREIA, Luiz Felipe. **A Aposta em Teerã.** Objetiva: Rio de Janeiro, 2014.

POLLACK, Kenneth M. **THE PERSIAN PUZZLE: The Conflict Between Iran and America.** New York: Random House, 2004.

\_\_\_\_\_. **Unthinkable: Iran, the Bomb and American Strategy.** New York: Simon & Schuster, 2013.

SINHA, Shreeya; BEACHY, Susan C. **Timeline on Iran's Nuclear Program.**

Disponível em:

[http://www.nytimes.com/interactive/2014/11/20/world/middleeast/Irannuclear-timeline.html?\\_r=0#/#time243\\_7908](http://www.nytimes.com/interactive/2014/11/20/world/middleeast/Irannuclear-timeline.html?_r=0#/#time243_7908). Acesso em 29 de julho de 2015.

United Nations. **Security Council, Adopting Resolution 2231 (2015), Endorses Joint Comprehensive Agreement on Iran's Nuclear Programme.** Disponível em: <http://www.un.org/press/en/2015/sc11974.doc.htm>. Acesso em 31 de julho de 2015.

United Nations Security Council. Resolution 2231 (2015). Disponível em: <http://www.un.org/en/sc/inc/pages/pdf/pow/RES2231E.pdf>. Acesso em 5 de novembro de 2015.